

O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: A. Lima Coelho • 0,75 € • Ano XXV • Outubro / Novembro e Dezembro 2016 • Nº 94

REFORÇAR O ASSOCIATIVISMO PARA RECONQUISTAR DIREITOS !



*A Direção da ANS e de O Sargento
desejam à Família Militar
Feliz Natal e um Próspero
Ano Novo*

Boas Festas

EDITORIAL

EM JEITO

DE BALANÇO...

E APELO!

Prestes a findar mais um ano, é tempo de fazer a sua análise e perspectivar aquele que se vai iniciar.

O ano que agora termina ficou fortemente marcado pelo quadro político resultante das eleições de 4 de Outubro de 2015. Pela primeira vez, nos últimos anos, é estancada a quebra do rendimento familiar dando-se início à recuperação dos cortes extraordinários/temporários que corriam o risco de se tornar definitivos. O corte nos vencimentos vê o seu fim neste ano que agora termina. A sobretaxa do IRS começou a ser anulada, terminando definitivamente durante o próximo ano. Estas medidas, entre outras, traduziram-se na recuperação de muitos de euros no rendimento de cada militar, conforme demonstra um artigo específico neste número do nosso jornal. Este aspecto não é negligenciável já que podemos respirar um pouco melhor e termos a expectativa da continuação desta melhoria em 2017. Deixou de se discutir o valor dos cortes que aí vinham, para passar a estar em cima da mesa o quanto é que vamos recuperar.

No entanto, este facto importante não nos deve fazer esquecer, ou omitir, que muito fica por recuperar. É imperioso que mantenhamos a exigência do descongelamento dos níveis remuneratórios, que os efeitos das

promoções se façam tendo em conta a data da antiguidade e não a data da publicação em Diário da República, porque é de inteira justiça que assim seja, mas também para evitar o estratagema, quiçá roubo, que abusivamente tem vindo a ser utilizado para “poupar” uns euros à custa dos orçamentos das famílias dos militares. A honra, a lealdade devida a quem serve Portugal nas Forças Armadas assim o impõe.

Contudo, 2016 foi um ano em que a descaracterização da Condição Militar se acentuou. As Leis Orgânicas 3 e 4 de 2001 continuaram a ser desrespeitadas, o diálogo com a tutela política continuou a ser inexistente e fazê-lo através do papel (troca de ofícios) é pior que “conversa de surdos”, já que até a hipótese de utilização da linguagem gestual fica eliminada; as alterações legislativas efectuadas foram sempre no sentido de agravar as condições de vida dos militares, tendo como exemplo flagrante o que aconteceu com a alteração ao sistema de pensões de reforma, ao regime de avaliação e mérito dos militares, etc.

Estas alterações legislativas são sempre justificadas pelo legislador pela necessidade de compatibilizá-las com os regimes em vigor para os restantes agentes do Estado. Não nos parece que assim seja! Se assim fosse, quando a desvantagem é nossa, o legislador aplicava o mesmo argumento e alterava a legislação que nos é desfavorável, mas não o faz. A título de exemplo veja-se o que se passa com o complemento de missão no âmbito do “Frontex”, em que elementos do SEF embarcados em unidades navais estão abonados de um suplemento para missões humanitárias e de paz e os militares não, como se não estivessem todos sujeitos aos mesmos problemas e dificuldades, no mesmo meio naval. Quando é para agravar as condições, lembram-se de nós, se é para melhorar, somos remetidos ao esquecimento. Será por acaso? Não acreditamos em acasos!

Como se pode verificar, há ainda muito para reverter e conquistar, mas que ninguém se iluda, a melhoria das nossas condições socioprofissionais só será alcançada através da nossa luta abnegada, persistente e organizada. Nunca ninguém nos deu nada. Tudo conquistámos a pulso e assim será no futuro. Está aberta uma

janela de esperança? Está, se soubermos, unidos, determinados e organizados, aproveitá-la! O pior que nos pode acontecer é pensarmos que os outros resolverão os nossos problemas e por isso basta ficar à espera da sua boa vontade. Se assim procedermos, camaradas, não virão as soluções, a degradação das nossas condições profissionais e sociais continuará, a Condição Militar passará a ser uma mera figura de estilo e de retórica para ser utilizada em ocasiões ou momentos mais ou menos solenes.

Aproveitar esta janela de esperança aberta no ano que finda é obrigação de todos nós, e não se trata de nenhuma impossibilidade. Tal impossibilidade só existe se isoladamente for tentada. Mas vista colectivamente, está ao nosso alcance, tal é a virtualidade do associativismo! Para tanto basta contribuir individualmente para o reforço da ANS – a nossa associação de classe – levando a associar-se quem ainda não o fez, com o esforço de todos reforçarmos as estruturas orgânicas da nossa associação – Órgãos Sociais, Comissões Permanentes de Ramo, núcleos regionais e delegados nas Unidades. Se o fizermos, a ANS ficará mais apta, mais capaz de desenvolver as acções necessárias para contribuir para a solução dos problemas.

Se o fizermos, garantidamente, melhoraremos as nossas propostas e contributos, a nossa voz terá mais força, a nossa razão será mais respeitada, a solução ficará mais próxima.

Dentro de aproximadamente um mês vão iniciar-se as comemorações do Dia Nacional do Sargento, com iniciativas de Norte a Sul do território continental e nas Regiões Autónomas. Em simultâneo ocorrerão as eleições para os Órgãos Sociais da ANS. Participar nestes eventos é não só um dever como também um contributo inestimável para o reforço da nossa ANS, para aproximar o tempo das soluções.

Vamos acreditar, gerar a confiança tão necessária como imprescindível para reverter o que ainda falta reverter e conquistar o que ainda temos para conquistar.

Como um todo vamo-nos mobilizar e estar presentes. Não vamos desistir, porque derrotados são os que desistem e os Sargentos de Portugal são, por natureza própria, vencedores! ▲

Eleições na ANS!

Render da Guarda e Renovação de Equipa!



Conforme referimos nas duas últimas edições do nosso jornal “O Sargento”, os actuais Órgãos Sociais da ANS estão a chegar ao final do seu mandato, pautado por uma intensa actividade e exemplar empenho defesa dos Sargentos, como será de justiça reconhecer!

Nas comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” do próximo ano serão os associados, mais uma vez, chamados a eleger uma nova equipa que durante o biénio 2017/2018 irá conduzir os destinos desta associação representativa dos Sargentos de Portugal.

A Assembleia-Geral Eleitoral decorrerá a 28 de Janeiro de 2017, na Casa do Alentejo, em Lisboa, em simultâneo com as comemorações centrais do nosso dia, o “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”! Entretanto, e também como tem sido prática ao longo dos anos, serão disponibilizados os necessários meios para que os sócios residentes fora da área de Lisboa, ou os que se encontrem impossibilitados de se deslocar à Assembleia de voto por razões de serviço ou outras, possam exercer o seu direito, através do mecanismo do voto por correspondência.

Esta tem sido a prática, ao longo do tempo, numa reiterada afirmação de vitalidade associativa mas também de elevado respeito pelos princípios democráticos que prezamos e pelos quais sucessivas equipas de dirigentes se têm pautado.

Importa que nos sintamos disponíveis para ser envolvidos em discussões e reflexões necessárias à ponderação acerca da apresentação de listas candidatas à condução dos destinos da nossa associação ou de nos disponibilizarmos a integrar lista para a qual sejamos convidados.

É este um tempo em que os associados da ANS, Sargentos conscientes da necessidade da existência de um mecanismo representativo e defensor de toda uma classe profissional, se devem seriamente empenhar, como aliás foi bem vincado em diversas intervenções na III Conferência de Delegados que decorreu em 15 de Outubro passado, no Entroncamento.

De acordo com o regulamento e estatutos as listas deverão ser entregues até às 18H00 do dia 8 de Janeiro de 2017, vinte dias antes do acto eleitoral. Cumprindo a exigência estatutária, devem ser integradas por sócios dos três ramos das Forças Armadas com a situação de quota perfeitamente regularizada, ter a identificação de todos seus componentes e do órgão e cargo a que se candidatam, serem representadas por pelo menos dois mandatários e serem subscritas por, no mínimo, cem associados devidamente identificados e, naturalmente, também com a situação de quota devidamente regularizada.

É neste tipo de processos em que se afirmam os valores e princípios que se defendem, em que se reforçam as convicções e disponibilidade para os combates e em que se renovam as equipas de dirigentes, mantendo a experiência da veteranaria mas misturando a irreverência própria dos mais jovens, que se torna visível a força da vitalidade associativa. É neste cíclico movimento eleitoral que também se cimenta o reconhecimento, respeito e credibilidade que a Associação Nacional de Sargentos conquistou no meio militar e na sociedade civil. Façamos todos e cada um a nossa parte! ▲

Numa Iniciativa das APM, Incumprimento da Lei sobre Associativismo Debatido na Assembleia da República

Depois de 19 anos da publicação da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (Lei 29/82, de 11 de Dezembro) e de muita e intensa luta pela alteração do seu Artigo 31º, que restringia excessivamente os direitos dos cidadãos militares, como em 1982 afirmou em declaração de voto o então deputado Jorge Sampaio, em Agosto de 2001 foi finalmente publicada a lei que reconhece o direito ao associativismo profissional para os militares (Lei Orgânica 03/2001, de 29 de Agosto) e, por consequência, a necessária alteração do Artigo 31º da LDNFA (Lei Orgânica 04/2001, de 30 de Agosto).

Numa primeira leitura poderia dizer-se que se deu um grande passo no reconhecimento dos direitos. Contudo, com o passar dos quinze anos, o balanço do deve e haver não pode ser considerado positivo. Pelo contrário. Em muitos aspectos, a lei ficou por cumprir, como repetidamente tem sido denunciado!

Tendo em vista fazer o balanço desses quinze anos e lançar a discussão pública sobre os direitos de cidadania dos militares, decidiram as Associações Profissionais de Militares (ANS, AOFA e AP) promover uma Sessão Evocativa que teve lugar no passado dia 7 de Dezembro, no Auditório do edifício novo da Assembleia da República.

A Mesa de Abertura dos trabalhos contou com a presença dos três presidentes das APM, José Gonçalves da ANS, António Mota da AOFA e Luís Reis da AP, que fez a intervenção de abertura antes de passar a palavra ao deputado José Manuel Pureza, Vice-Presidente da AR, que fez o discurso de boas-vindas, em representação do Presidente.

Sendo o evento dividido em dois painéis, contou no primeiro com a participação dos deputados da Assembleia da República, Pedro Roque do PSD, José Medeiros do PS, João Vasconcelos do BE, João Rebelo do CDS-PP e Jorge Machado do PCP, estando a moderação dos trabalhos a cargo do jornalista Carlos Varela, do Jornal de Notícias.

Da parte da tarde, o painel contou com o Sociólogo Carvalho da Silva, com o Constitucionalista Guilherme da Fonseca, com o Tenente-General Campos Gil, com o Juiz Bernardo Colaço e com o Sindicalista Rui Raposo, tendo a moderação estado a cargo do jornalista Armando Seixas Ferreira, da RTP.

Esta Sessão Evocativa foi um verdadeiro êxito em termos dos objectivos alcançados pois no decorrer da mesma ficou efectivamente bem demonstrado, até reconhecido por aqueles que têm responsabilidades maiores no seu cumprimento, que a lei não está a ser

cumprida. A qualidade e pertinência das intervenções que ali foram feitas, se criou a dúvida num General, voz divergente da questão associativa mas por quem temos um respeito e consideração especial, apesar de não ser associativo, tem que ter provocado alguma reacção nas consciências de todos os participantes.

A frontalidade das posições foi única e suficientemente assertiva para demonstrar que a lei sobre o associativismo profissional dos militares não é cumprida; - que há um excesso de restrições não enquadradas no artigo 18º da CRP, e traçando o caminho futuro em jeito de alternativa cuja escolha cabe ao poder político: - ou legislar sobre o associativismo militar em termos actualistas ou procurar outro caminho representativo que passa eventualmente pelo reconhecimento legal do sindicalismo militar.

Depois de um dia em que, sem correr demasiados riscos, se pode afirmar que o sentir generalizado entre os participantes era que estariam a sair do evento mais ricos, dado o conteúdo e qualidade das intervenções e do debate que as mesmas suscitaram, é legítimo que se diga que a matéria requer continuada e participada discussão, e que está longe de ser “assunto encerrado”.

Na intervenção final, em nome do colectivo das APM, Luís Reis referiu que na perspectiva de que o cumprimento das Leis Orgânicas sobre as quais se discutiu e debateu, venha a ser mais efectivo, reafirmou a disponibilidade e a convicção das Associações Profissionais de Militares em continuar a pugnar pela defesa dos direitos dos universos que representam, preferencialmente dentro do enquadramento das Leis, mas fazendo-o mesmo perante o incumprimento das leis por parte daqueles que por maioria de razão, deverão ser os mais cumpridores!

Finalizou com uma referência especial, sabendo que por razões protocolares devido ao regimento da AR, não lhe ter sido possível estar presente na sessão de encerramento, endereçou uma especial saudação ao Secretário-Geral da Assembleia da República e a toda sua equipa por ter sido a sua acção e trabalho que permitiram que aqueles que têm por missão ser o último garante da soberania, da defesa da independência nacional e da guarda da Constituição da República Portuguesa, pudessem levar e efeito uma iniciativa como esta na Casa da Democracia, a Assembleia da República Portuguesa!

Na próxima edição do jornal “O Sargento” procuraremos dar mais detalhes e informações acerca desta excelente iniciativa. ▲



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS CONVOCATÓRIA



Nos termos da alínea a) do art. 9.º dos Estatutos e da alínea a) do n.º 3 do art. 12.º do Regulamento Interno, convoco todos os sócios da Associação Nacional de Sargentos para a Assembleia Geral Eleitoral, a realizar no dia **28 de Janeiro de 2017**, na Casa do Alentejo, sita na Rua das Portas de Santo Antão, nº 58, em Lisboa, pelas 09:00 horas, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**:

1. Eleição dos Órgãos Sociais para o biénio 2017/2018 (Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Direcção).

A Assembleia de Voto funcionará das 09.00 às 13.00 horas.

Não havendo número legal de sócios para deliberar em primeira convocatória, convoco, desde já, a mesma Assembleia Geral para reunir em segunda convocatória, no mesmo local e dia, uma hora depois, com a mesma Ordem de Trabalhos, deliberando então com qualquer número de sócios presentes, de acordo com o n.º 1 do art. 11.º dos Estatutos.

Lisboa, 12 de Dezembro de 2016

O Presidente da Assembleia Geral

Luís Manuel Marques Bugalhão

PERIGOS E TRAPALHADA COM A AVALIAÇÃO DO MÉRITO

O “folhetim” sobre o Regulamento de Avaliação e Mérito dos Militares das Forças Armadas não cessa de nos surpreender... e de agravar as preocupações!

Depois de terem aparecido alguns projectos que demonstram a falta de rigor e de trabalho integrado que matéria tão sensível deveria suscitar aos responsáveis legislativos e militares, eis que somos surpreendidos com a existência de duas Portarias publicando o dito Regulamento em Diário da República.

A 23 de Novembro, da “Defesa Nacional - Gabinete do Ministro” é publicada na 2ª Série do Diário da República Nº 225 a Portaria Nº 451/2016. Uma semana depois, a 30 de Novembro, da “Defesa Nacional” é publicada na 1ª Série do Diário da República Nº 230 a Portaria Nº 301/2016. Neste mesmo dia 30 de Novembro, da “Defesa Nacional – Gabinete do Ministro” é publicada na 2ª Série do Diário da República Nº 230 a Declaração de Rectificação Nº 1171/2016 afirmando que, por ter sido publicada indevidamente na 2ª série do *Diário da República*, se declara sem efeito a Portaria n.º 451/2016, publicada no *Diário da República*, 2ª série, Nº 225, de 23 de Novembro de 2016. Ou seja, a versão anterior (a de 23 de Novembro) ficaria formalmente sem efeito por ter sido publicada na 2ª Série e não na 1ª Série do Diário da República! Espantoso! Este aspecto é apenas mais um que demonstra a falta de rigor com que são tratadas matérias de superior importância!

Para além destes aspectos rocambolescos que não transmitem o mínimo de confiança que deveríamos ter nas entidades responsáveis por estas matérias, o conteúdo da matéria publicada é ainda mais preocupante e não nos pode deixar indiferentes.

Percebe-se que não houve o cuidado de fazer um trabalho de grupo conjunto mas antes amalgamar as existências num único diploma, num processo de corta e cola, motivador de muitas e fundamentadas críticas, potenciador de eventuais injustiças e capaz de colocar em causa a coesão e a disciplina nas Forças Armadas.

Vem o diploma pretender tornar a avaliação comum, quando, por exemplo, o conceito de primeiro avaliador é logo diferente à partida. Lamentavelmente não se corrigiram erros denunciados no passado e situações que geraram grandes injustiças. Repetem-se conceitos que agravam a subjectividade da avaliação quando, supostamente, o desejável é levar ao mínimo essa subjectividade.



Por outro lado, este diploma revela alguma temporaneidade, ou usando ditos populares, vem um pouco como “o carro à frente dos bois” ou “construiu-se a casa começando pelo telhado”! Então publica-se uma legislação supostamente comum para ser usada como ferramenta de trabalho por grupos que de comum nada têm? Quando a constituição, forma de eleição, metodologia de trabalho e conceitos aplicáveis são completamente diferentes no que diz respeito aos Conselhos de Classe (Marinha), Conselhos de Armas e Serviços (Exército) e Conselhos de Especialidade (Força Aérea) como é possível utilizar uma legislação como a que foi publicada? Isto é revelador de falta de rigor e de planeamento na produção dos projectos legislativos. Antes de publicar este “Regulamento” seria necessário ter-se trabalhado na uniformização da constituição e método de funcionamento destes Conselhos para então, depois, se lhes entregar a ferramenta de trabalho comum. Será assim tão difícil perceber esta realidade?

Parece que é de facto difícil, o que nos leva a reiterar a crítica sobre tudo aquilo a que vamos assistindo no ministério da Defesa Nacional. Apesar da mudança de governo resultante das eleições de 4 de Outubro de 2015 e da nova correlação de forças no parlamento ter permitido a constituição do governo minoritário do Partido Socialista, o que vamos vendo no Ministério da Defesa Nacional é a continuação e implementação das políticas do anterior governo, quando não mesmo o agravamento de algumas medidas! Afinal o que é que mudou no ministério da Defesa Nacional? Apenas a fi-

gura do ministro? É que, de facto, a equipa que suportou todas as malvadezas que do anterior foram feitas aos militares, permanece praticamente intocada o que pode (mas não deveria) justificar, por exemplo, as trapalhadas com a publicação das Portarias referidas no início do texto.

Foi recebida na sede da ANS, cópia de um requerimento que o grupo parlamentar do Partido Comunista Português entregou ao presidente da Comissão de Defesa Nacional, cujo teor, pela oportunidade, importância e pertinência, passamos a transcrever na íntegra:

“O novo Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas (RAMMFA) está a provocar fortes apreensões junto dos militares, que encontram eco nas declarações e posições públicas de diversas Associações Profissionais dos Militares.

De entre as várias críticas a este regulamento, assumidas pelas associações representativas dos Militares, destaca-se aquela que refere que as alterações propostas irão provocar graves distorções na coesão e disciplina e que o peso da antiguidade na progressão da carreira passa a ser residual, passando os louvores atribuídos a assumir peso e importância.

A introdução da prevalência de factores subjectivos na avaliação do mérito terá como consequência a distorção desse mesmo sistema de avaliação, o que terá, inevitáveis danos na carreira dos militares, constituindo-se, simultaneamente, de acordo com as declarações prestadas, como elemento de condicionamento e de controlo das suas opiniões.

Com a publicação da Portaria nº 301/2016, no passado dia 30 de Novembro, o Governo PS aprovou o novo Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas, sem que as estruturas representativas dos profissionais tivessem sido consultadas e sem que o Governo tivesse prestado qualquer informação à Assembleia da República.

Tendo em conta a importância que o Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas tem para a carreira dos militares;

Tendo em conta a alargada contestação que este Regulamento está a merecer;

Importa, ouvir, na Comissão de Defesa Nacional, as Associações Representativas dos Profissionais Militares a propósito deste Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas para, em momento posterior, cada Grupo Parlamentar, avaliar que iniciativas políticas e legislativas podem ou devem ser tomadas.” ▲

A Primeira Grande Guerra Terminou há 98 anos!

Promovidas e organizadas pela Liga dos Combatentes, decorreram no passado dia 11 de Novembro, em Belém, junto ao Forte do Bom Sucesso e ao Monumento aos Mortos da Guerra do Ultramar, as cerimónias evocativas do 98º aniversário do Armistício, assinalando o fim da I Guerra Mundial, o 95º aniversário da criação da Liga dos Combatentes e o 42º aniversário do final da Guerra Colonial, como consequência da Revolução de 25 de Abril de 1974.

Esta cerimónia, cujas honras militares foram prestadas por forças dos três ramos das Forças Armadas, contou com a presença do Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas, tendo estado ainda presentes nas cerimónias os representantes civis e militares institucionais, representantes civis e militares do corpo diplomático, representantes do movimento associativo militar, para além de muitos veteranos, combatentes e ex-combatentes, familiares e cidadãos em geral.

Apesar dos alertas repetidamente feitos junto de



responsáveis da Liga dos Combatentes ao longo dos anos, esta instituição continua a ter muita dificuldade em perceber o funcionamento, estruturas e organização das associações representativas de militares cujos

órgãos sociais são eleitos por processos democráticos, transparentes e independentes. Os presidentes das associações não são nomeados por nenhum ministro mas são eleitos democraticamente, o que reforça a sua independência e efectiva representatividade. Por isso mesmo são “Presidentes” e como tal deverão institucionalmente ser tratados. Não se compreende que o protocolo da Liga dos Combatentes continue a separar os presidentes das associações de acordo com o posto militar que detêm em vez de os respeitar como presidentes democraticamente eleitos na organização que representam. A dificuldade em entender esta realidade de poder decorrer do facto do presidente da Liga dos Combatentes não resultar de uma eleição democrática mas tão só de uma nomeação ministerial.

Mais uma vez, fica o reparo e o apelo: os presidentes das associações são os seus legítimos e institucionais representantes e, como tal, protocolarmente assim deverão ser tratados, independentemente do seu ramo, posto ou categoria militar! ▲

OS 50 ANOS DOS PACTOS DA ONU!

A Associação Portuguesa de Juristas Democratas (APJD) em parceria com a Associação Internacional de Juristas Democratas (IADJ) organizaram nos passados dias 10, 11 e 12 de Novembro, na Faculdade de Direito de Lisboa, uma Conferência Internacional comemorativa dos 50 anos dos dois Pactos Internacionais de Direitos Humanos (Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e Pacto Internacional de Direitos Económicos, Sociais e Culturais) aprovados pela ONU em 16 de Dezembro. Na sua intervenção intitulada “Os Direitos Humanos não podem ficar do lado de fora da Porta de Armas!”, Lima Coelho começou por enquadrar historicamente os Pactos, de que na ocasião se assinalaram os 50 anos mas que apenas viram a sua entrada em vigor na ordem internacional em Março de 1976, relacionando-os com a entrada em vigor da Constituição da República Portuguesa, em Abril de 1976.

Referiu a sua Condição de Militar das Forças Armadas Portuguesas e a consciência dessa mesma condição, com as restrições constitucionalmente previstas, que não se podem, contudo, confundir com proibições.

Nesse sentido, referiu a necessidade de serem cumpridas em todas as suas vertentes as Leis em vigor, e neste particular, as Leis que reconhecem o direito ao



associativismo profissional para os militares, realçando a importância de se ter de retirar dos Estatuto Profissional dos Militares (recentemente alterado) o absurdo “Dever de isenção política”!

Insistiu na necessidade da inclusão dos militares que desempenham funções nas associações profissionais de militares, de participarem activamente na construção da legislação que se lhes aplica.

Aludiu a uma notícia que refere a intenção de alguns Estados (com a qual não concorda) em derogar a Convenção Europeia dos Direitos do Homem para evitar que os seus militares fiquem obrigados aos princípios e normas ali inscritos. Curiosamente esses Estados (Reino Unido, França, Ucrânia e Turquia) não são propriamente exemplos positivos no que ao reconhecimento dos direitos dos seus militares diz respeito, nomeadamente do direito ao associativismo profissional.

Em suma, defendeu a ideia de que melhor desempenha a missão aquele militar que melhor conheça, experiencie e vivencie os Direitos Humanos que é chamado a defender ou a implementar para outros povos. Para que tal seja possível e realizável, os Direitos Humanos não podem ficar do lado de fora da Porta de Armas! ▲

DIREITOS DO TRABALHO SÃO DIREITOS HUMANOS!

Em 20 de Outubro passado, o Relator Especial para os “Direitos à Liberdade de Reunião Pacífica e de Associação”, Maina Kiai, apresentou o seu último relatório à Assembleia Geral das Nações Unidas.

Neste relatório, salienta a deterioração das relações laborais em todo o mundo, mas insiste em que os direitos laborais são direitos humanos!

Uma vez que permitem às pessoas expressar e representar os seus interesses, “a liberdade de reunião e associação pacíficas são direitos fundamentais, precisamente porque são essenciais para a dignidade humana, para o reforço económico, para o desenvolvimento sustentável e para a democracia. São a porta de entrada para todos os outros direitos; sem eles, todos os outros direitos humanos e civis estão ameaçados, estão em perigo”.

Os direitos à liberdade de reunião pacífica e de associação são expressa e claramente reconhecidos em todos os principais organismos que lidam com a temática dos direitos humanos, quer a nível internacional, quer a nível regional. O relatório destaca, entre outros aspectos, a obrigação de os Estados respeitarem, protegerem e facilitarem a prerrogativa do direito de asso-

ciação com o objectivo último de se poderem filiar em sindicatos - como enfatizou o Relator Especial durante a sua apresentação.

Finalmente, o relatório contém importantes recomendações aos Estados, às empresas, à sociedade civil, incluindo os sindicatos, à OIT, às Nações Unidas e às instituições financeiras multilaterais, que devem ser adoptadas e implementadas por todas as partes envolvidas.

Maina Kiai foi o primeiro mandatado como Relator Especial para os direitos à liberdade de reunião pacífica e de associação, tendo desempenhado este cargo entre 2011 e 2016. O mandato foi renovado em Setembro de 2016, por mais três anos. No exercício do seu novo mandato foi convidado a “considerar abordar e divulgar o tema das associações profissionais, incluindo o papel das associações profissionais na promoção e protecção de todos os direitos humanos, a realização dos esforços de desenvolvimento e a construção e manutenção de uma sociedade democrática, bem como a forma como os Estados e outras partes interessadas podem promover, criar e manter condições propícias que conduzam ao desenvolvimento e às actividades das associações profissionais”.

A EUROMIL defende que, como “Cidadão em Unifor-



me”, um militar tem os mesmos direitos e obrigações que qualquer outro cidadão e deve exercer plenamente o seu direito de aderir ou de constituir sindicatos e associações profissionais. Uma vez renovado o seu mandato, o novo Relator Especial sobre os direitos à liberdade de reunião pacífica e de associação será, natural e seguramente, informado pela EUROMIL sobre o importante papel que os sindicatos de militares e as associações profissionais de militares desempenham como defensores dos direitos humanos! ▲

Cerimónias do 5 de Outubro! Oeiras Homenageia Militar de Abril!

No âmbito das comemorações do dia da implantação do regime em que vivemos, a República, que este ano voltou a ver o 5 de Outubro ser vivido como feriado nacional, o Município de Oeiras, representado pelo Presidente, Paulo Vistas e demais vereação, procedeu ao descerramento do Topónimo “Capitão de Abril, Vítor Alves”, na rotunda de ligação entre a Rua Calvet de Magalhães e as avenidas Prof. António Maria Baptista Fernandes e António Sena da Silva, em Paço de Arcos.

Esta cerimónia contou com a participação do Presidente da Associação 25 de Abril, Coronel Vasco Lourenço e, em representação da Família, a viúva do homenageado, Maria Teresa Alves.

A ANS, respondendo ao gentil convite endereçado pelo Município de Oeiras, esteve representada pelo Vice-Presidente da Direcção, Paulo Contreiras

Para além dos inúmeros cidadãos presentes, entre os quais se contavam muitos militares de Abril, as Forças Armadas estiveram formalmente representadas por uma secção composta por um Oficial Subalterno, um Sargento e três Praças do Regimento de Artilharia Antiaérea nº 1, de Queluz.

No final da cerimónia, uma banda filarmónica presente tocou a Hino Nacional – “A Portuguesa”, nota que reforçou o sentido de voltar a ser vivido como feriado nacional, o 5 de Outubro, dia de Implantação da República! ▲



A este preço a quem é que serve a ADM?

Desconto dos beneficiários	Classificação Econômica	Receitas Gerais	Receitas Próprias do IASFA		Receita Total	Despesas com compensação em Receitas Próprias do IASFA						Despesa Total	Desvio
		060301A0	060801A0	060801D0		010301	010301B0	010301A009	010302	010302A001	010302A009		
Ano		Transferências Correntes do MDN para o IASFA	Quotas beneficiários do IASFA (0,8%)	Descontos ADM		Encargos com a saúde	Encargos com a saúde - Outros	Encargos com a saúde - anos anteriores	Outros Encargos com a Saúde	Outros Encargos com a Saúde - despesas do ano	Outros Encargos com a Saúde - anos anteriores		
0%	2005	2.103.461	8.600.000	0	0	5.000	0	0	0	0	0	0	0
0,8%	2006	2.103.461	7.080.000	0	0	650.000	0	0	0	0	0	0	0
1,3%	2007	9.040.357	0	11.000.000	20.040.357	11.000.000	0	0	0	0	0	11.000.000	9.040.357
1,40%	2008	8.891.818	0	13.388.500	22.280.318	7.563.500	0	0	1.289.037	0	0	8.852.537	13.427.781
1,50%	2009	9.000.000	0	12.935.000	21.935.000		0	1.935.000	0	5.500.000	5.500.000	12.935.000	9.000.000
1,50%	2010	10.500.000	0	15.280.000	25.780.000		0	0	0	15.000.000	280.000	15.280.000	10.500.000
1,50%	2011	10.500.000	0	16.900.000	27.400.000		0	0	15.210.000	0	0	15.210.000	12.190.000
1,50%	2012	6.574.438	0	17.928.000	24.502.438		0	0	17.928.000	0	0	17.928.000	6.574.438
2,25% (até 30.07) 2,50% (após 01.08)	2013	6.574.438	0	16.989.250	23.563.688		4.989.250	0	12.000.000	0	0	16.989.250	6.574.438
2,50% (até 19.05) 3,50% (após 20.05)	2014	5.431.951	0	33.662.406	39.094.357		19.137.094	0	11.500.000	0	0	30.637.094	8.457.263
3,5% + 3,5% BA	2015	4.750.000	0	50.490.000	55.240.000		37.196.685	0	11.570.000	0	0	48.766.685	6.473.315
3,5% + 3,5% BA	2016	4.300.000	0	53.549.536	57.849.536		36.677.152	0	12.225.717	0	0	48.902.869	8.946.667
3,5% + 3,5% BA	2017	4.300.000	0	53.549.536	57.849.536		39.000.000	0	13.000.000	0	0	52.000.000	5.849.536

Comentado [T1]: Se é isto que pagamos para a ASC então:
- quanto paga o OE para a ADM?
- quanto paga para a ASC?

Quando o Conceito de Saúde Militar é o que é, quando a qualidade, rapidez e eficiência da Assistência na doença aos Militares é que temos visto, é legítima a questão: Será que as especiais compensações pela Condição Militar se resumem aos 14,5% + SCM fixo abonado no vencimento?

Aqui chegados, dada a ineficiência e abrangência, tanto na gestão como na resposta às necessidades, demonstra-se absolutamente imperativo começar a fazer contas às receitas e despesas do subsistema para que os seus beneficiários possam saber, inequivocamente, se o valor dos seus descontos é suficiente, insuficiente ou excedentário. Apenas a divulgação rigorosa e periódica destes elementos, por parte da entidade que gere a ADM (o IASFA), permitirá aos Militares e suas famílias avaliarem a eficácia do subsistema de saúde a que estão obrigatoriamente vinculados, e para o qual descontam uma parte significativa dos seus rendimentos familiares mensais, mantendo assim a confiança na sua manutenção e gestão parcimoniosa. Acontece que a postura por parte da entidade gestora da ADM (o IASFA), ainda que contrariando o que a Lei-quadro dos Institutos Públicos dispõe, por vicissitudes várias, tem sido oposta à mencionada, criando nos Militares e nas suas famílias um sentimento de total ignorância relativamente aos custos do subsistema, conduzindo muitos deles a questionarem-se, legitimamente, se merece a pena.

O quadro I recolhe a informação dos mapas do Orçamento de Estado, para cada um dos anos, relativos às receitas e despesas do IASFA no que respeita à ADM.

Não havendo outra razão plausível, pensamos ser lícita a leitura que o valor expresso na coluna “Desvio” serve para financiar a ASC.

E, a ser assim, outras questões legitimamente se poderão colocar...

Mário Ramos ▲

Em 2005 o Decreto-Lei 167/2005, de 23 de Setembro, determinou a fusão dos subsistemas de assistência na doença dos diferentes Ramos das Forças Armadas (ADMA, ADME e ADMFA) em um subsistema único para as Forças Armadas (ADM), gerido pelo IASFA. Também o financiamento daquele subsistema foi alterado, passando os Militares a descontar 0,8% mensais, a partir de 01 de Janeiro de 2006, que incidem sobre a sua remuneração base (doze meses por ano). A este valor acresceria mais 0,1% em cada ano subsequente, até atingir 1% de contribuição mensal (Palavras do então MDN – Luís Amado).

Com a publicação da Lei 53-D/2006, de 29 de Dezembro, foi alterado o valor da contribuição mensal, passando a remuneração base dos beneficiários titulares, no activo, na reserva ou na pré-aposentação, e dos beneficiários extraordinários a ser sujeita ao desconto de 1,5%, aplicando-se 1,3%, com eficácia a 01 de Janeiro de 2007, sendo actualizado a 1 de Janeiro de cada ano subsequente em 0,1 pontos percentuais até ser atingida a percentagem de 1,5%.

O Decreto-Lei 105/2013, de 30 de Julho, vem novamente alterar o valor do desconto mensal para a ADM impondo,

a partir de 1 de Julho de 2013 e até final do ano, o desconto de 2,25%, que passa a incidir também sobre o suplemento de condição militar e sobre os subsídios de férias e Natal (como prémio por sermos dóceis, pouco reivindicativos e bem tutelados, ganhámos o direito a descontar sobre 14 meses, quando só podemos ficar doentes durante 12...). A partir de 01 de Janeiro de 2014, o desconto mensal passa para 2,5%.

A Lei 30/2014, de 19 de Maio, vem novamente alterar o valor da contribuição para a ADM, fixando-a em 3,5% a partir de 20 de Maio de 2014.

Finalmente, o Decreto-Lei 81/2015, de 15 de Maio, para garantir que os conceitos de Condição Militar e Família Militar estavam assegurados e salvaguardados, vem impor uma nova contribuição para os Beneficiários Associados (cônjuges de Militares que não descontem para outro subsistema de saúde público). Esta contribuição é definida como sendo incidente sobre:

- a) 79% da remuneração base do beneficiário titular, excluído o suplemento da condição militar;
- b) 79% de 80% da pensão de aposentação ou de reforma do respetivo beneficiário titular, ou da pensão de viuvez ou de sobrevivência auferida pelo beneficiário associado.

Revolta Social 2.0

Os tempos passam as modas mudam, mas a luta continua.

Se há vinte anos (?) as massas saíam à rua para lutar pelos seus direitos dando força e visibilidade às pessoas que saíam das trincheiras dando o corpo às balas, prontas para dar voz a um mar de descontentamento, hoje o descontentamento é ainda maior, cortes nas pensões, aumentos nos impostos, cortes na saúde, aumentos nos impostos, cortes na educação, aumentos nos impostos, congelamento salarial e não nos podemos esquecer dos aumentos nos impostos.

Tudo isto deu origem a uma revolta social sem precedentes.

Por todo o País florescem movimentos críticos. Mais e mais pessoas se juntam às críticas dando uma força imensa aos que mais uma vez estão pronto a sair das trincheiras para dar o corpo ao manifesto.

É aqui que os bravos representantes levam a luta para as ruas enfrentando tudo e todos. Mas o Poder resiste e simplesmente ignora a oposição. Mas porquê?

Se há vinte anos tremeram com um mar de gente a invadir uma rua, como é que agora nem vacilam com um oceano de revolta espalhado por todo o País?

É aqui que os bravos olham para trás e percebem que o oceano é virtual...

Este oceano não passa afinal de pequenos charcos espalhados por cada computador, “tablet” ou “smartphone”...

É certo que a revolta se espalha ao ritmo de uma “partilha” e ganha força a cada “gosto”. Mas como podemos materializar esta força e indignação se na hora “H”, na hora de passar do virtual ao real, os pequenos charcos não se unem?

É aqui que a força se perde.

E quando o calor do poder chega, é tão mais fácil secar todo e cada um dos pequenos charcos.

É esta a nova revolta social, ou talvez a devamos chamar de revolta virtual...

Vitor Silva ▲

VISITA AO PARLAMENTO EUROPEU

No âmbito da actividade parlamentar, os deputados têm a possibilidade de convidar grupos de visitantes para se deslocarem às instituições comunitárias.

Por esta razão, grupos dos mais variados sectores profissionais e das mais diferentes actividades de cidadãos portugueses já tiveram a oportunidade de efectuar tal visita. No entanto, nunca tal sucedeu com cidadãos militares.

Nesse sentido os deputados do PCP ao Parlamento Europeu, integrados no GUE/NGL – Esquerda Unitária Europeia/ Esquerda Verde Nórdica, decidiram efectuar o convite.

No passado dia 6 de Dezembro decorreu em Lisboa uma reunião com o Gabinete de Apoio aos deputados do PCP no PE e responsáveis deste partido

político com dirigentes de associações profissionais de militares e dirigentes de clubes militares. Estiveram presentes representantes da ASMR (Associação de Militares na Reserva e Reforma), da ANS (Associação Nacional de Sargentos), da AOFA (Associação dos Oficiais das Forças Armadas), da AP (Associação de Praças), do CSA (Clube do Sargento da Armada) e do CPA (Clube de Praças da Armada), com o intuito de preparar a visita, que decorrerá em finais de Março de 2017, na qual se procurará, de acordo com a reunião, a realização de uma iniciativa sobre a realidade dos direitos dos militares em Portugal, entre outras actividades incluídas no programa.

Em futuras edições “O Sargento” dará mais notícias sobre esta iniciativa inédita. ▲



Presidente da República dá posse a novo CEMA

O Presidente da República nomeou no dia 9 de Dezembro, sob proposta do Governo, o Vice-Almirante António Silva Ribeiro para o cargo de Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA), cuja tomada de posse decorreu no Sábado, dia 10, depois da necessária promoção ao posto de Almirante.

António da Silva Ribeiro ocupava o cargo de Diretor-Geral da Autoridade Marítima Nacional e Comandante-Geral da Polícia Marítima.

Substitui o Almirante Luís Macieira Fragoso, que terminou no dia 9 de Dezembro o seu mandato de três anos, e que em entrevista à Agência Lusa deixou críticas ao Governo sobre o seu processo de substituição.

Uma frota envelhecida, sucessivos orçamentos abaixo das necessidades e centenas de vagas por preencher, sobretudo na categoria de Praças, são as principais dificuldades que enfrenta actualmente a Marinha, segundo avançou, na mesma entrevista, Luís Macieira Fragoso.

Antes de ocupar os cargos de Diretor-Geral da AMN e de Comandante-Geral da Polícia Marítima, António da Silva Ribeiro desempenhou as funções de Superin-



tendente do Material, de Diretor-Geral do Instituto Hidrográfico, de Subchefe do Estado-Maior da Armada, de Secretário do Conselho do Almirantado e de Vogal da Comissão Consultiva de Busca e Salvamento.

Professor catedrático convidado do Instituto Supe-

rior de Ciências Sociais e Políticas, o Almirante Silva Ribeiro, de 59 anos, é também professor militar da Escola Naval.

O Almirante António da Silva Ribeiro foi nomeado para três anos, conforme prevê a lei, mas poderá não exercer essas funções até ao final do mandato, caso seja retomado o princípio da rotatividade dos ramos na chefia do Estado-Maior General das Forças Armadas quando o atual CEMGFA, General Artur Pina Monteiro, tiver de sair devido ao limite de idade.

O Governo já anunciou que proporá a prorrogação por mais dois anos do actual mandato do General Pina Monteiro, que termina o mandato em Fevereiro.

No entanto, o General Pina Monteiro atinge o limite de idade, 66 anos, em Março de 2018, devendo sair em Junho ou Julho desse ano, segundo as regras da aposentação.

Nessa altura, segundo já antecipou o Ministério da Defesa, o Governo prevê indicar "um chefe da Marinha" para suceder a Pina Monteiro, retomando nessa data o princípio da rotatividade dos ramos na chefia do EMGFA. ▲

Promoção a Cabo-Mor: Vitória inquestionável da Associação de Praças!

Após um ano e meio depois de ter sido aprovado o EMFAR foram publicadas em Diário da República de 6 de dezembro de 2016 as primeiras promoções a Cabo-Mor na Marinha, facto com que a ANS e a Direcção do jornal "O Sargento" se regozijam.

Embora se considere que é um posto que dignifica a carreira de Praça dos Quadros Permanentes, a Associação de Praças continua a encarar como fundamental para a dignificação da Categoria a criação do posto de Cabo-Chefe, assim como considera que a promoção a Cabo seja efectuada por diuturnidade, situação que considerada imprescindível para o fluxo normal da carreira e pelo respeito da antiguidade entre militares.

Estas promoções, embora tardias e a conta-gotas, foram consequência da perseverança e da luta, organizada é certo, da Associação de Praças, representativa da Classe de Praças, bem como de todos os Homens e Mulheres que prestam serviço nas Forças Armadas e que sempre se solidarizaram com este combate.



Contudo, não se pode deixar de referir que foi tempo demasiado aquele que mediou entre a aprovação do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, em 29 de Maio de 2015 pelo Decreto-Lei 90/2015, e

as primeiras promoções a Cabo-Mor.

Estas promoções deveriam ter ocorrido no final do ano passado, seis meses após a entrada em vigor do EMFAR, tempo mais do que suficiente para se ter procedido às reuniões dos Conselhos de Classe de todas as classes. Verifica-se que houve uma conduta de atrasar este processo, por parte do Ministério da Defesa Nacional e da Chefia da Armada, com prejuízos financeiros significativos para os Camaradas promovidos que se viram esbulhados de cerca um ano de vencimento no posto de Cabo-Mor.

Não bastando todos estes constrangimentos, estão as promoções a Cabo-Mor a ser feitas a conta-gotas. Uma promoção devida e que deve servir para atenuar a falta de progressão na carreira de Praça, que deveria servir igualmente para a dignificação da categoria de Praça e dos Homens e Mulheres que servem nas Forças Armadas, não pode ser efectuada a conta-gotas e com injustiças de falta de respeito pelas antiguidades nas diferentes classes. ▲

Alguém Engana os Militares...e os Cidadãos!

Os militares da Marinha, da guarnição do NRP Figueira da Foz, que estiveram em missão nas águas do Mediterrâneo, foram confrontados com uma situação indesejável que, embora repetida, se julgava já resolvida depois de todos os dissabores causados por situações idênticas, num passado não muito distante, o que motivou que os Sargentos e Praças demonstrassem o seu descontentamento recusando-se a sair de licença quando o navio esteve atracado dois dias num porto italiano, nos passados dias 1 e 2 de Novembro.

Na sequência da denúncia pública que a ANS fez através de um Comunicado que, entre outras, provocou o aparecimento de uma notícia difundida pelo "Diário de Notícias" sob o título "**Sargentos apoiam protesto de militares em missão no estrangeiro**" veio o Ministério da Defesa afirmar que "*os militares cumprem missão civil*"!

O comandante do navio, em entrevista publicada no "Operacional", qualificou a sua missão, e a da guarnição que comanda, como Força Nacional Destacada, ao abrigo do Estatuto dos Militares em Missões Humanitárias e de Paz.

A Marinha fez a transferência de autoridade sobre



o navio para o Estado-Maior General das Forças Armadas, que qualifica a missão como Força Nacional Destacada.

A bordo daquele meio militar naval, partilhando a missão com a guarnição militar do NRP Figueira da Foz, estiveram embarcados agentes do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, que desempenharam uma "missão humanitária", o que significa que o seu suplemento seria o que equivale ao que os militares auferem quando integram uma Força Nacional Destacada.

O NRP Figueira da Foz e a sua guarnição estiveram a desempenhar uma missão de vigilância e controlo dos fluxos migratórios e, sempre que a situação o exigia, salvamento e transporte de migrantes, em tudo concordante com o âmbito da operação militar europeia "Sophia".

Vir o Ministério da Defesa Nacional, por intermédio de um "porta-voz", afirmar que os militares estavam a desempenhar "*uma missão civil*", que não eram considerados Força Nacional Destacada e que "*ninguém enganou*" os militares do Figueira da Foz sobre o estatuto da missão a desempenhar no Mediterrâneo, parece-nos muito pouco sério e uma fuga a responsabilidades!

Contrariamente ao que o porta-voz do MDN afirmou, alguém enganou, ou quer continuar a enganar, não só os militares que participaram na missão, como também os cidadãos portugueses que se orgulham do desempenho dos seus militares, na defesa do bom nome de Portugal, dentro e fora de fronteiras, aquém e além-mar!

A Direcção da ANS afirmou e reafirma a sua total solidariedade e apoio aos camaradas que não se resignaram, que não se resignam e que lutam para que a justiça prevaleça! ▲

III CONFERÊNCIA DE DELEGADOS DA ANS

Quando, em reunião de Direcção da ANS, se decidiu levar a efeito esta III Conferência de Delegados, eram (e ainda são) muitos os problemas que os Sargentos tinham (têm) para enfrentar num futuro próximo. Contudo há algo essencial para a luta pela dignificação socioprofissional da classe: **a mobilização para o trabalho associativo.**

Não é novidade para ninguém que se vivem tempos de pouco envolvimento no trabalho colectivo, nomeadamente no das associações profissionais de militares (APM). Ora numa altura em que a preparação das eleições para os Corpos Sociais da ANS impõe um trabalho redobrado para a constituição duma lista a propor pelos actuais dirigentes, foi decidido incluir o trabalho associativo na agenda da Conferência, o local mais que indicado para que os Delegados presentes reflectissem sobre o momento actual da participação dos sócios, delegados e activistas das Unidades, na vida da nossa associação. Por isso a agenda foi elaborada em torno de 4 grandes temas.

Importância e Futuro do Trabalho Associativo

Os trabalhos iniciaram-se por volta das 10.00 e este foi o tema, apresentado pelo Vice-presidente da Direcção Carlos Colaço, que geraria o grande debate do evento. Foi a discussão mais participada pelos cerca de 40 Delegados presentes. Houve muitas intervenções, com ideias para inovar e evoluir no sentido de mais mobilização, mais comunicação delegados-Direcção, mais apoio aos delegados. Analisaram-se as razões para que os camaradas mais jovens pareçam estar afastados da realidade das APM e do seu imprescindível papel. Como se disse, as associações apareceram porque havia necessidade. E essa necessidade mantém-se, logo há que apostar numa cada vez maior organização para que essa necessidade de lutar pela qualidade de vida dos Sargentos e suas famílias seja satisfeita. Reforçar as Comissões Permanentes de Ramo, pois elas são o veículo primeiro do diálogo entre os camaradas e a Direcção da ANS; estudar mais aprofundadamente a



Fotografia de Carlos Grilo

situação dos Sargentos contratados e os problemas específicos das mulheres nas Forças Armadas (esteve presente uma camarada Delegada); houve ideias na área da formação associativa e do papel dos camaradas mais experientes na formação dos mais jovens. Nesse sentido, repensou-se a *auto-imposição* de ter uns Corpos Sociais constituídos apenas por camaradas do Activo. Nada havendo nos Estatutos que a isso obrigue, esse era um ponto de honra, de afirmação e de coragem, em 1989, quando a ANS nasceu. Contudo, estrategicamente, não se colocou essa obrigatoriedade nos Estatutos, para que, em caso de necessidade, se pudesse recorrer aos camaradas da Reserva para o trabalho dirigente.

Questões Retributivas, Remuneratórias e Orçamentais

O segundo ponto da agenda foi exposto pelo Secretário da Assembleia Geral da ANS, Norberto Mateus, o qual incidiu essencialmente sobre o estatuido no DL

296/2009, de 14OUT16 (que alterou a estrutura do regime remuneratório aplicável aos militares das Forças Armadas). Como um dos mais importantes assuntos na vida de cada Sargento, foi sublinhada a importância do trabalho associativo para lutar por melhores vencimentos. Sendo um assunto vital para todos, pode potenciar os trabalhos de recrutamento e mobilização. Por outro lado, as questões da reforma foram também debatidos, embora se reconhecesse que essa é uma área que, para os camaradas mais novos, não pareça ter tanta importância. Os jovens, natural mas infelizmente, não se preocupam com a reforma. Cabe aos dirigentes, mas também aos delegados e activistas, numa linguagem *nova*, informá-los e alertá-los para o que os espera.

Carreiras/Formação

Após o almoço, o Vice-presidente da Direcção da ANS António Taveira apresentou o terceiro tema da agenda. Questões como os tempos de permanência nos postos mais baixos perfazerem dois terços da carreira, as promoções não corresponderem a novas funções, ou o sistema de avaliação dos militares, que vem tornar a carreira de Sargento ainda menos aliciante, lançaram para o debate um conjunto de ideias que evidenciam a necessidade de lutar.

Apoio Social e Assistencial

Apresentado pelo Presidente da Direcção da ANS, José Gonçalves, este foi um tema mais de informação do que de debate, principalmente quanto à situação do IASFA e do Hospital das Forças Armadas.

Após o encerramento do último tema, fez a intervenção síntese conclusiva da Conferência, da qual se destacaram os seguintes pontos:

- Papel da ANS continua hoje, como há 27 anos, insubstituível;
- Precisamos de mais organização no terreno;
- Necessidade de organização da lista proposta pelos actuais Corpos Sociais para as eleições de Janeiro de 2017;
- Os camaradas *da trincheira*, ainda que com recurso a Sargentos da Reserva para a constituição dessa lista, garantem que a ANS não vai parar nunca!



Fotografia de Carlos Grilo

ANS – 15OUT2016 – ENTRONCAMENTO

Um voto de confiança

Depois deste último ponto da sua síntese, o José Gonçalves questionou a assembleia: *‘Concordam com esta ideia?’*. O camarada Álvaro Martins pediu a palavra e propôs que os delegados presentes na Conferência dessem um voto de confiança à actual Direcção para decidir acerca da constituição da lista por ela proposta, a apresentar ao próximo acto eleitoral da ANS. A proposta foi colocada à votação e **foi aprovado, por unanimidade e aclamação dos presentes na III Conferência de Delegados da ANS, um voto de confiança na actual Direcção para que decida sobre a inclusão ou não inclusão de Sargentos na situação de Reserva na, por si apoiada, próxima lista concorrente às eleições para os Corpos Sociais da ANS para o biénio 2017/2018, a realizarem-se em Janeiro de 2017.**

Com esta votação, foi encerrada a III Conferência de Delegados da ANS. Uma jornada de trabalho intenso da qual a ANS saiu mais forte e mais preparada para as lutas que se prevêem num horizonte próximo. Há que lutar e, tal como o camarada Mário Ramos afirmou, *“... tem de ser já!”*.

Luís Bugalhão ▲



DEFENDER E RECUPERAR DIREITOS!

Participei na III Conferência de Delegados e, se dúvidas ainda tivesse, melhor me apercebi do quadro geral da consciência existente sobre a realidade onde estamos inseridos.

Na minha opinião, depois da constituição da ANS, os Sargentos em particular, assim como os militares em geral, vivem momentos muito difíceis. Poderá parecer contraditório, então, quando se constituiu a ANS nem estatutos, nem o direito socioprofissional e outros direitos tínhamos e, agora, é que vivemos momentos tão difíceis? Sim, nessa altura, os Sargentos, tinham consciência do facto de não ter direitos e, por isso, lutaram para os conseguir e, devido à sua luta, conseguiram esses direitos.

Mas hoje, a classe tem consciência, que os seus direitos, carreiras, saúde, reformas, etc, estão ameaçados e a ficar em perigo? Se têm, porque se mostram tão pouco resilientes?

Claro, que essa resiliência, poderá ter sido pelo facto de terem ido na mentira dos governos que não havia alternativa, que não havia dinheiro, viviam acima das suas possibilidades, a ANS já não era necessária e outras tretas. Mas, penso já ter passado o tempo suficiente para despertar.

Sabemos, que foram os sucessivos governos os responsáveis pela situação criada, mas foi a luta do nosso povo e a nossa (lembrem-se de quando nos ameaçavam e diziam que não valia a pena lutar, mas ruas e praças enchiam-se?) que nos fez obter o Estatuto, a Lei da Condição Militar, o Direito à constituição de Associações socioprofissionais, o aumento dos vencimentos, entre outros.

Mas a obtenção destas conquistas na Lei não significa, como nunca significou, a sua conquista na prática, na concretização de muitos dos seus aspectos. Sempre o dissemos, sempre alertámos para a necessidade de, unidos e coesos,

prossequirmos a acção de forma que tais conquistas fossem materializadas na vida.

Nos últimos cinco anos, a ofensiva intensificou-se contra os nossos direitos sociais – saúde, apoio social, reformas, etc. Ofensiva que passou pelas alterações ao EMFAR, ao IASFA e outros aspectos. Ofensiva que passou e passa pelo não cumprimento integral da Lei que rege o associativismo socioprofissional. Ofensiva que contou (poderá ser de outra forma?) com a conivência das sucessivas Chefias.

O que fazer, então?

Lutar, como os Sargentos fizeram para conquistar direitos e, agora, para os defender, pois estão em perigo.

Como?

- Pôr, ou levar á prática o que foi decidido na III Conferencia: reforçar a organização e a estrutura associativa da ANS.

Não tenho duvidas que os dirigentes da ANS têm confiança e tudo farão, pois não lhes falta coragem e determinação, para o materializar.

Acho ainda:

- Que se devem estudar melhor os problemas concretos dos Sargentos, nomeadamente, os Sargentos contratados, os Segundos-Sargentos e Primeiros-Sargentos, o que pensam, sentem e o que desejam que a ANS faça, de forma a sentirem que a ANS os está a defender;

- Estudar também e procurar saber junto dos militares do sexo feminino o que gostavam que a ANS fizesse para defesa dos seus direitos, o seu número, a sua já grande percentagem na Institui-



ção militar, merece que a sua situação não seja descurada, pois, além de terem, os problemas de todos os outros Sargentos, poderão ter ainda os seus próprios.

Claro, que para isso, como a experiência nos ensinou, se não tivermos camaradas em cada unidade, que sejam activistas, falem com os outros Sargentos, os esclareçam e mobilizem, façam chegar à ANS as suas preocupações, se isto não for feito, dificilmente se ganhará dinamismo.

A luta continua, pois a ela, não temos alternativa.

Manuel Custódio, SMOR, ▲



Fotografia de Carlos Grilo

Europa de desigualdade...



Na minha primeira deslocação a um evento da EUROMIL na qualidade de delegado da ANS, deparei-me com uma Europa de desigualdades, mas com alguns alertantes pontos em comum...

O 114º Presidium em Bruxelas começou ao início da tarde do dia 20 de Outubro com um discurso poderosíssimo de um ex-presidente da EUROMIL, o dinamarquês octogenário de saúde debilitada, Jens Rotboll, que fez um apelo à força.

Este apelo foi sustentado pela história de sucesso da EUROMIL numa altura em que a mesma “era levada a sério” pelo Parlamento Europeu. O que não quer dizer que actualmente não o seja, mas uma organização como a EUROMIL deve ser constituída não só por muitas associações de toda a Europa, mas também precisa que essas associações sejam fortes por si mesmas. E como fazer com que as associações possam ser fortes? Nas palavras deste ancião, é preciso “manpower”.

Associações representativamente fortes são associações onde o total dos seus associados são uma percentagem elevada dos efectivos existentes. É o poder das massas que, por si mesmo, aumenta o respeito e a forma como as associações são encaradas.

E foi aqui que encontrei o primeiro alarmante ponto em comum... Ora, se Portugal tem mais de 32500 militares no activo como é possível as 3 associações representadas perfazerem, em números redondos, apenas 6000 associados (ANS:3000; AP:1500 e AOFA:1500)?

Visto que destes 6000, cerca de metade poderão ser militares na reserva e reforma, chegamos a um alarmante número de aproximadamente 30000 militares que pura e simplesmente não se associam nas suas associações. Será que apenas entre 8 e 15% (a aproximação idealista em que todos os associados seriam militares no activo) estão a ser prejudicados pelas constantes “malfeitorias” de sucessivos governos? Arrisco-me a dizer que só o problema dos atrasos nas promoções afecta bem mais que esta percentagem de militares, e todos eles estão no activo...

Mas voltando a Bruxelas, o presidente re-eleito,

Emmanuel Jacob, prosseguiu os trabalhos do Presidium reportando os trabalhos sobre os contactos da EUROMIL com organizações de países que outrora estiveram representados (como por exemplo a República Checa, a Bulgária, a Rússia ou a Ucrânia) bem como de países que até hoje não tiveram representação, como por exemplo, a Suíça.

Após os trabalhos iniciais de abertura do Presidium, este foi interrompido para dar seguimento aos trabalhos do 5º Congresso que incluiu as eleições para a direcção da EUROMIL para o período entre 2016 e 2020. Neste ponto senti-me, tal como toda a comitiva portuguesa que integrava dois representantes da AOFA e o presidente da AP, imbuído de um enorme orgulho ao ver o director deste jornal, António Lima Coelho, ser eleito por unanimidade para membro da direcção recém-eleita... Orgulho ainda maior pela aclamação de toda a assembleia durante o anúncio da votação, demonstração cabal da admiração e consideração que o nosso camarada granjeou entre os delegados de toda a Europa.

Nova surpresa quando se iniciaram os trabalhos

dos Grupos Regionais! Ao contrário do que estava à espera, deparei-me com uma diferença abismal entre as várias realidades dos países do sul da Europa...

Desde o recém-chegado representante de Malta garantir que não tem qualquer dificuldade em entregar documentação em mão ao seu primeiro-ministro até à dificuldade extrema das associações italianas em abordar o seu poder político em qualquer instância, passando pela delegação cipriota que consegue garantir o apoio da comunicação social na sua luta por melhores condições de trabalho. Isto é, uma comunicação social disposta a denunciar os problemas dos militares das forças armadas ao invés de uma comunicação social sempre pronta a inflamar os problemas pontuais de alguns militares direccionando a opinião pública para que julgue o todo da instituição militar pela má imagem de uma ínfima parte dos seus membros.

Terminados os trabalhos do 5º Congresso, o Presidium prosseguiu no dia seguinte com uma palestra focada no ambiente estratégico de defesa na união europeia e as dificuldades ou facilidades de relacionamento com a NATO.

Seguidamente foi feito um debate sobre as mulheres nas forças armadas onde se destacam vários projectos na Noruega, nomeadamente o projeto 50/50 tendo em conta o aumento de mulheres no contingente e a criação de uma força especial totalmente feminina.

O moderador Daniel de Torres, de Espanha, teve uma intervenção muito sagaz quando disse que, *“mais importante que a igualdade de géneros é o aproveitamento das vantagens que as diferenças de géneros trazem”*.

Neste painel foi igualmente de relevante interesse a intervenção de uma Tenente-Coronel búlgara referindo a forma como se organizaram em associação representativa as mulheres militares da Bulgária.

Foi uma experiência bastante importante em termos de conhecimentos travados, de partilha de experiências e de enriquecimento pessoal e associativo, enquanto dirigente de uma associação muito respeitada no panorama europeu, como repetidamente me foi transmitido por inúmeros delegados das mais variadas organizações.

Vitor Silva ▲



Sargento Português eleito para a Direcção da EUROMIL



Delegados de quase todas as associações e sindicatos membros da EUROMIL reuniram-se em Bruxelas nos passados dias 20 e 21 de Outubro para o 114º Presidium Meeting em que se integrou o 5º Congresso desta organização europeia. Em representação da ANS estiveram os nossos camaradas Lima Coelho e Vitor Silva, Vogal da Direcção da ANS e delegado a este Congresso.

Os Presidium Meetings são reuniões plenárias com todos os membros e decorrem duas vezes por ano, na Primavera e no Outono. O Congresso é a autoridade máxima da EUROMIL, reunindo-se cada quatro anos. Os delegados ao Congresso detêm um número de votos proporcional ao número de sócios que integram cada associação ou sindicato membro da EUROMIL.

O Congresso discutiu e aprovou uma alteração aos estatutos e rejeitou uma outra proposta de alteração. O belga Emmanuel Jacob foi reeleito para um quarto mandato como Presidente. Jörg Greiffendorf da associação alemã DBwV foi eleito para Vice-presidente e Ton De Zeeuw do sindicato holandês da polícia militar MARVER/FNV foi reeleito para Tesoureiro.

Reeleitos como membros da Direcção (Vogais)

foram Jesper Hansen do sindicato de Sargentos dinamarquês (CS), Tom McCarthy da associação de Sargentos e Praças da Irlanda (PDFORRA), Johan Öhlén do sindicato de oficiais da Suécia (SAMO) e Flemming Vinther do sindicato de Praças da Dinamarca (HKKF). Eleito pela primeira foi István Bácskai, da associação de militares da Hungria (HOSZ). António Lima Coelho, proposto pela Direcção da ANS foi eleito com a totalidade dos votos dos delegados presentes, tendo recebido uma enorme ovação quando os resultados foram lidos pela comissão eleitoral que dirigiu os trabalhos. Lima Coelho já tinha integrado a Direcção da EUROMIL entre 2006 e 2008 e entre 2008 e 2012.

O Presidente agradeceu a Fidel Gómez da associação de militares de Espanha (AUME) e a Stavros Kyrou da associação de oficiais de Chipre (CAOA) pelo trabalho desenvolvido na Direcção da EUROMIL mas que não se recandidataram para um segundo mandato. A nova Direcção reuniu-se logo após a conclusão do Congresso e agora espera ansiosamente por uma cooperação frutífera por parte de todos os sindicatos e associações membros da EUROMIL para este mandato nos próximos quatro anos. ▲



Da esquerda para a direita na segunda fila:

Ton de Zeeuw (Holanda); Jesper Hansen (Dinamarca); István Bácskai (Hungria); Flemming Vinther (Dinamarca)

Na primeira fila: Johan Öhlén (Suécia); Emmanuel Jacob (Bélgica); Jörg Greiffendorf (Alemanha); Tom McCarthy (Irlanda);

António Lima Coelho (Portugal)

Diálogo Social Regular, luta antiga da EUROMIL

No próximo dia 22 de Novembro de 2016, os deputados ao Parlamento Europeu deverão proceder à votação de uma proposta de resolução do Parlamento Europeu sobre a União Europeia de Defesa, apresentada pela Comissão dos Assuntos Externos.

A proposta baseia-se num relatório adoptado pela Comissão em 24 de Outubro de 2016, que inclui o elemento essencial pelo qual a EUROMIL há muito se vem batendo, nomeadamente a referência à dimensão social de uma eventual e futura União Europeia de Defesa. Mais especificamente, o texto *“Insta os Estados-Membros a reconhecerem, em particular, **o direito dos militares de constituir e aderirem a associações profissionais ou sindicatos e associá-los a um diálogo social regular com as autoridades** (negrito e sublinhado nossos); **convida o Conselho Europeu a tomar medidas concretas no sentido da harmonização e uniformização das forças armadas europeias, a fim de facilitar a cooperação do pessoal das forças armadas sob a égide de uma nova União Europeia de Defesa**”.*

Embora a aprovação do relatório já seja, por si mesmo, um passo importante para a EUROMIL, a aprovação da proposta de resolução do Parlamento Europeu seria uma grande vitória para a organização e as suas associações-membro.

Contudo, não desvalorizando o grande significado para a luta que a EUROMIL vem travando, há décadas, no âmbito do reconhecimento do direito ao associativismo profissional para os militares em toda a Europa e o consequente desenvolvimento de um diálogo social efectivo, importa que a Resolução do Parlamento Europeu contenha no seu texto a salvaguarda da soberania de cada Estado no absoluto respeito pela soberania dos Estados e pelos preceitos constitucionais de cada Estado membro.

As alterações apresentadas pela EUROMIL ao relatório, bem como a moção, estão disponíveis na página da Internet da EUROMIL (www.euromil.org). A página será actualizada na próxima semana com as informações mais recentes. Recomenda-se consulta regular da página. ▲



MILITARES BELGAS EM LUTA!

A luta dos belgas não difere muito da luta dos portugueses!

Em meados de Outubro de 2016, o governo belga aboliu o actual sistema de pensões dos militares sem proceder a qualquer consulta. O novo sistema prevê um aumento da idade de reforma de 56 para 63 anos até 2030 e, eventualmente, para 67 anos. Se esta opção for adoptada, o impacto para o pessoal militar será desastroso, especialmente devido à situação actual de total bloqueamento das promoções, ao recrutamento comprometido por não estar a responder às necessidades e ao consequente envelhecimento generalizado do efectivo militar. Além disso, a "visão estratégica" originalmente planeada pelo Ministério da Defesa belga torna-se inaplicável e o orçamento de defesa cairá para fora de qualquer equilíbrio possível.

Por estas razões, uma manifestação militar foi orga-

tra. Eles esperam que o governo e o ministro da defesa se comprometam a:

- Um reconhecimento adequado da natureza muito específica da profissão militar.

- Medidas específicas a tomar no âmbito do departamento numa base estrutural, permitindo uma carreira militar viável e uma transformação das forças armadas e do serviço militar sustentável para todos.

O ministro da Defesa já afirmou publicamente que pretende dar aos militares um futuro que estes merecem. Entretanto reuniu-se com o Ministro das Pensões no 21 de Novembro para discutir o início do processo de consultas aos sindicatos, previsivelmente ainda este ano.

ACMP-CGPM avalia esta manifestação como um sinal

com diversas entidades e discutir a proposta de aumento de quotização para 2017.

O último ponto da ordem de trabalhos da parte da manhã, antes da paragem para almoço, previa o teste-munho sobre a luta associativa ou sindical e a importância da solidariedade internacional. Para este efeito, o Secretário-Geral da ACMP-CGPM, Yves Huwart, e o delegado deste sindicato na EUROMIL, Filip Duquesne, convidaram o nosso camarada Lima Coelho para estar presente nos trabalhos e proferir uma intervenção, relatando à Comissão Nacional de Delegados a experiência e a luta travada pela ANS na defesa dos seus associados e pelo direito ao associativismo socioprofissional em Portugal, colocando particular incidência no sentido de que não há direitos permanentemente garantidos e que os



nizada pelo sindicato militar belga ACMP-CGPM (membro da EUROMIL), conjuntamente com outros sindicatos belgas, e decorreu em 15 de Novembro último. Convém realçar que o dia 15 de Novembro foi especialmente escolhido por ser o "Dia da Dinastia", feriado na Bélgica apenas para os militares precisamente porque o rei é o "comandante supremo cerimonial" do exército belga.

Mais de 9.000 militares abdicaram de gozar este dia feriado, tendo optado por participar na jornada de luta, integrando a manifestação, que expressou uma mensagem clara: "Não queremos uma extensão brutal da carreira!"

A ACMP-CGPM e os outros sindicatos participantes exigiram respeito pelo destacamento diário de militares, quer para dentro quer para fora do território nacional belga, face ao clima de alerta em que a Bélgica se encon-

forte, que obrigou a que o governo tomasse posições, mas considera que o trabalho não está terminado. Este sindicato militar continua empenhado em lutar nos próximos dias, semanas e meses pelo respeito do pessoal militar e suas famílias.

Integrado neste plano de actividades e de luta, a ACMP-CGPM convocou a reunião anual da Comissão Nacional de Delegados para o dia 28 de Novembro, que decorreu no Centro de Congressos em Elewijt, nos arredores de Bruxelas.

Mais de cento e trinta delegados, dos três ramos das Forças Armadas Belgas, oriundos das várias regiões do país, participaram nesta jornada sindical, cujos objectivos eram fazer o ponto de situação sobre o "dossier" das pensões e idade de reforma, apresentar as novas vantagens para os sócios por via de protocolos estabelecidos

direitos não são oferecidos mas conquistados através da luta.

No final dos trabalhos, durante o lanche oferecido pela organização antes da partida das diversas delegações, num clima mais descontraído e informal, foi possível perceber as preocupações sentidas quanto aos problemas sociais que enfrentam, mas também face à errada ideia de que os direitos adquiridos no passado seriam inatacáveis e que os problemas da reforma só diriam respeito aos mais velhos. A realidade vivida e sentida por militares de outros países não difere muito dos problemas que hoje, no nosso seio, discutimos e analisamos. A estratégia global redutora de direitos tenta fazer o seu caminho, a menos que encontre quem resista e defenda os seus direitos. Esse foi o ponto forte do teste-munho transmitido...e recebido! ▲



A DEFESA DA MEMÓRIA E DA LUTA DOS MILITARES, EM ITÁLIA

Em 24 de Novembro passado, em Roma, a ASSODIPRO (associação italiana de militares), membro da EUROMIL, organizou uma conferência subordinada ao tema “Protecção e Direitos no Mundo do Trabalho: o Reconhecimento dos Direitos dos Trabalhadores, Mesmo em Uniforme” em que representantes políticos, militares, sindicais e associativos, bem como advogados se reuniram, discursaram e debateram.

Esta conferência foi também uma oportunidade para prestar uma homenagem ao ex-presidente da ASSODIPRO, Emilio Ammiraglia, Sargento-Mor da Aeronáutica, que faleceu no final do ano passado, mas que dedicou muitos anos de sua vida à luta pelos direitos do pessoal militar, tendo sido um dos fundadores

desta associação italiana.

Nas palavras de abertura da conferência, Salvatore Rullo, o actual Presidente da ASSODIPRO, agradeceu as presenças e o significado do evento, muito para além das questões socioprofissionais. Conforme referiu, emocionado, a figura e a memória de Emilio Ammiraglia são incontornáveis, reforçadas pela presença de Luísa Ammiraglia, sua viúva, e de outros membros da família. Grande é a responsabilidade de dar continuidade à sua obra, ao seu exemplo, à sua luta.

Também a este aspecto, bem como a toda a luta dos trabalhadores italianos, se referiu Gianna Fracassi, Secretária Confederal da CGIL (Confederação Geral dos Trabalhadores Italianos), em cujo Centro de Congressos decorreu a conferência.



Vários representantes e membros da EUROMIL, entre os quais o seu Presidente Emmanuel Jacob (Bélgica), António Lima Coelho, ex-Presidente da ANS (Portugal) e membro da Direcção da EUROMIL recentemente eleito, bem como Jorge Bravo, Presidente da AUME (Espanha) (na foto, por esta ordem, da esquerda para a direita), estiveram presentes no evento, tendo feito intervenções não só na homenagem a Emilio Ammiraglia mas também de transmitir a solidariedade e apoio a todos os dirigentes e membros da ASSODIPRO na sua luta pelos direitos de cidadania.

Entre os muitos discursos interessantes proferidos pelos convidados na conferência, vale a pena destacar os de dois membros do Parlamento italiano. O deputado Gianluca Rizzo, Secretário da

Comissão de Inquérito sobre os efeitos da utilização do urânio empobrecido, apresentou os resultados dos trabalhos da sua comissão.

O deputado Massimo Artini, vice-presidente da Comissão de Defesa da Câmara dos Deputados, discorreu acerca dos trabalhos da comissão de inquérito. Na sua intervenção destacou as muitas mortes devidas a cancro causados por urânio empobrecido e amianto, matérias a que o pessoal militar é particularmente exposto durante as missões no exterior, em navios ou mesmo em arsenais militares, em Itália. É sua opinião que, neste contexto, a nova lei que não concede direitos sindicais ao pessoal militar em Itália é uma triste nota, pois dificulta a obtenção de mecanismos socioprofissionais que os defendam em pleno. ▲



SITUAÇÕES DIFÍCEIS DE MILITARES EM ESPANHA

Dois militares espanhóis, Fernando e David, soldados em regime de contratado, iniciaram uma marcha de protesto em 11 de Novembro de 2016, para se manifestarem contra a obrigatoriedade de passarem à disponibilidade após atingirem os 45 anos de idade. Em Espanha, todos os militares contratados (cerca de 45% do efectivo militar) passam à disponibilidade quando completam 45 anos.

Após esta marcha de 400 Km, estes dois militares, chegaram junto da Provedoria de Justiça, em Madrid. O objectivo desta caminhada visa sensibilizar a população e as autoridades para a difícil situação que enfrentam os militares contratados. A AUME (a maior e mais representativa associação de militares espanhóis), membro da EUROMIL, apoiou e continua a apoiar esta acção, tendo preparado para esse mesmo dia 26 de Novembro, na

Provedoria de Justiça, uma concentração de militares e entrega de milhares de queixas sobre a situação dos militares em regime de contrato de longa duração.

Entretanto, e numa outra situação, temos o caso do soldado espanhol Andrés Merino que sofre de várias lesões contraídas na sequência de um acidente ocorrido quando esteve no Afeganistão. Posteriormente, em 2013, foi colocado numa unidade militar em Almería, tendo-se visto envolvido noutra acidente do qual resultou a sua incapacidade para trabalhar.

O Ministério da Defesa espanhol passou André Merino à disponibilidade sem reconhecer que o dano que o tornou "incapaz para o trabalho" aconteceu depois do seu ingresso nas forças armadas, e em consequência de uma "acção no cumprimento do dever", conforme consta da sentença do Tribunal de Justiça de Múrcia.

No dia 22 de Novembro André Merino iniciou uma greve de fome em frente ao Ministério da Defesa, em Madrid, esperando que o ministério acate a sentença do Tribunal. A esposa e os quatro filhos estão ansiosamente à espera de uma solução para esta situação escandalosa mas infelizmente não inédita.

A ATME (uma associação de Praças de Espanha), também membro da EUROMIL, expressou o seu apoio a Andrés Merino e a todos os homens e mulheres que serviram a Espanha no passado e agora são esquecidos e ignorados pelo Ministério da Defesa espanhol.

A ANS e a Direcção do jornal “O Sargento” não podem deixar de manifestar a sua solidariedade para com estes

camaradas do país vizinho e enaltecer o trabalho desenvolvido pelas associações profissionais espanholas, AUME e ATME, na defesa dos interesses dos militares e suas famílias. Importa alertar para os riscos dos chamados “Contratos de Longa Duração” com que por vezes se procuram iludir os cidadãos portugueses.

À hora do fecho desta edição, chegou a notícia de que o Ministério da Defesa e André Merino (que entretanto tinha sido hospitalizado em consequência da greve da fome) chegaram a um acordo e o protesto terminou. O ministério adiantará uma determinada soma pecuniária até que o tribunal determine a indemnização final. André Marino já irá passar o Natal em casa, com a mulher e os quatro filhos menores.

Este é um exemplo de que quem luta pode não ganhar... mas quem não luta, já perdeu! ▲



ACTIVIDADE ASSOCIATIVA

Conforme referíamos no fecho desta rubrica na nossa última edição, entre as inúmeras actividades deste período conta-se a realização da “III Conferência de Delegados”, evento de que se dá cobertura nas páginas desta edição. Mas os trabalhos e preocupações inerentes à actividade associativa da ANS estendem-se por muitas outras áreas e actividades, de entre as quais se destacam os necessários trabalhos e acções com vista à preparação das eleições para o biénio 2017/2018 e as comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Janeiro/Fevereiro de 2017.

Das acções entretanto realizadas vamos aqui dar pequeno resumo:

30SET – Reunião na sede da ANS com dirigentes da Associação Nacional de Sargentos da Guarda (ANSG). ANS representada por J.Gonçalves e A.Martins;
05OUT – Cerimónia em Oeiras, de atribuição de toponímia de uma rotunda. ANS representada por P.Contreiras;
06OUT – Palestra proferida pelo SMOR do GabCEMA na Delegação nº 1 do CSA, no Feijó. ANS representada por L.Bugalhão e L.Coelho;
07OUT – Reunião em Lisboa com dirigentes do Sindicato Nacional da Polícia Municipal (SNPM). ANS representada por J.Gonçalves e L.Coelho;
10OUT – Reunião na sede da ANS preparatória para a audição na Comissão de Defesa da Assembleia da República;
11OUT – Reunião na sede do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP) preparatória para a Conferência sobre as Funções Soberanas do Estado. ANS representada por J.Gonçalves e L.Coelho;
11OUT – Deslocação ao Entroncamento para preparar a III Conferência de Delegados. Delegação da ANS composta por J.Gonçalves, M.Pereira e L.Coelho;
12OUT – Audiência na Comissão de Defesa da Assembleia da República. ANS representada por J.Gonçalves, A.Taveira e C.Colaço;
14OUT – Reunião na sede da ANS preparatória da III Conferência de Delegados;
15OUT – Realização da III Conferência de Delegados, no Entroncamento;
18OUT – Reunião na sede da ANS com o jornalista Pedro Rainho, do “Observador”. ANS representada por J.Gonçalves e L.Coelho;
18H00 – Conferência de Imprensa no Hotel Mundial, em Lisboa, para apresentação da Conferência sobre as Funções Sociais do Estado. ANS representada por J.Gonçalves e L.Coelho;
19, 20 e 21OUT – 114º Presidium e 5º Congresso da EUROMIL, em Bruxelas. ANS representada por V.Silva e L.Coelho;
20OUT – Conferência sobre as Funções Sociais do Estado, na Universidade Católica, em Lisboa;
22OUT – Abertura de Exposição no Museu da Cidade de Almada e Sessão Evocativa dos 80 anos da Revolta dos Marinheiros, no Feijó. ANS representada por J.Gonçalves, L.Bugalhão, P.Contreiras, A.Taveira e L.Coelho;
23OUT – Cerimónias comemorativas do Dia do Exército, em Elvas. ANS representada por J.Gonçalves;
26OUT – Participação no programa “Opinião Pública”, da SIC/Notícias. ANS representada por L.Coelho;
28OUT – Reunião das Direcções das APM, na sede da ANS. ANS representada por J.Gonçalves e L.Coelho;
03NOV – Almoço com Sargentos da BA1, em Sintra. ANS representada por J.Gonçalves e L.Coelho;
04NOV – Participação e Entrevista no programa “6ª às Onze”, da RTP. ANS representada por J.Gonçalves;
07NOV – Reunião na sede do Sindicato dos Registos

e Notariado (SRN), em Lisboa, para balanço da Conferência sobre as Funções Sociais do Estado. ANS representada por J.Gonçalves;

07NOV – Reunião de Secretariado na sede da ANS;
09NOV – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, na sede social, em Lisboa;

10NOV – Conferência promovida pelo Sindicato do Corpo Nacional da Guarda Prisional (SNCGP), no Hotel SANA Lisboa. ANS representada por L.Coelho;
10NOV – Reunião na sede da ANS com responsáveis da empresa “PING”. ANS representada por J.Gonçalves;
10, 11 e 12NOV – Conferência Internacional promovida pela Associação Portuguesa de Juristas Democráticos (APJD), na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. ANS representada por J.Gonçalves e L.Coelho;

11NOV – Cerimónia do 98º aniversário do Armistício da I Guerra, do 95º aniversário da Liga dos Combatentes e 42º aniversário do fim da Guerra Colonial, junto ao Forte do Bom Sucesso, em Belém. ANS representada por J.Gonçalves;

11NOV – Reunião com pessoal da Secretaria-Geral da Assembleia da República. ANS representada por J.Gonçalves;

14NOV – Reunião das Direcções das APM, na sede da ANS. ANS representada por J.Gonçalves e L.Coelho;
15NOV – Reunião do Conselho Consultivo do IASFA na sua sede, em Lisboa. ANS representada por J.Gonçalves;

15NOV – Reunião na sede da Associação dos Diplomatas Portugueses (ADP), em Lisboa. ANS representada por J.Gonçalves e L.Coelho;

17NOV – Cerimónia de lançamento de um livro da Associação Conquistas da Revolução (ACR), na Casa do Alentejo, em Lisboa. ANS representada por J.Gonçalves, L.Coelho e A.Martins;

21NOV – Reunião na sede da Associação dos Diplomatas Portugueses (ADP), em Lisboa. ANS representada por J.Gonçalves e L.Coelho;

23, 24 e 25NOV – Cerimónias do Congresso de Delegados da ASSODIPRO e Homenagem a Emilio Ammiraglia, em Roma, Itália. ANS representada por L.Coelho;
25NOV – Reunião preparatória da Sessão Evocativa dos 15 anos das Leis Orgânicas, com Carvalho da Silva. ANS representada por J.Gonçalves;

27, 28 e 29NOV – Conferência Nacional de Delegados da ACMP-CGPM, em Elewijt, Bélgica. ANS representada por L.Coelho;

02DEZ – Reunião das Direcções das APM, na sede da ANS. ANS representada por J.Gonçalves e L.Coelho;
02, 03 e 04DEZ – XX Congresso do PCP, no Feijó, Almada. ANS representada por J.Gonçalves, J.Pereira e L.Coelho;

05DEZ – Reunião no ISEG, no âmbito da Sessão Evocativa dos 15 anos das Leis Orgânicas. ANS representada por L.Coelho;

06DEZ – Reunião na sede do PCP, em Lisboa, no âmbito de um convite a associações e clubes militares para visita ao Parlamento Europeu. ANS representada por J.Gonçalves e L.Coelho;

06DEZ – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, na sede social, em Lisboa;

07DEZ – Sessão Evocativa promovida pelas APM (ANS, AOFA e AP), no Auditório do edifício novo da Assembleia da República, sobre os 15 anos das Leis Orgânicas que reconhecem o direito ao associativismo profissional para os militares.

À data do fecho desta edição, e como dissemos no início deste resumo de actividade associativa, para além de todas as actividades inerentes às tarefas dos dirigentes associativos, estão em curso as

acções necessárias à preparação das eleições para os órgãos sociais da ANS para o biénio 2017/2018. São igualmente preocupação e empenho dos dirigentes, delegados, associados e Sargentos em geral, as acções tendentes à preparação da realização das comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” que irão decorrer por todo o país em Janeiro/Fevereiro de 2017.

Do resultado das eleições, das comemorações do nosso dia nacional e das matérias relevantes para os Sargentos e suas famílias daremos conta na próxima edição do nosso jornal “O Sargento”. ▲

CORREIO DOS LEITORES

ACORDAI!

Dever de defender qualquer País é, e deverá ser sempre, o espírito de qualquer militar.

Nos tempos de hoje em que o capitalismo descontrolado não mostra o rosto, onde os dinossauros da alta finança se digladiam e os abutres se escondem fugindo aos impostos, onde uma sociedade como a dos Estados Unidos da América impõe que as gorjetas sejam dadas coercivamente porque são declaradas nas faturas de qualquer produto proveniente de restauração ou hotelaria e eventualmente outros, o que, vislumbra novas formas de fuga, etc, etc, e poderia continuar a dar muitos mais exemplos.

Como cidadão e militar consciente, nestes tempos, dizia eu, penso que este espírito não deve ser apenas cumprir cegamente as ordens de qualquer comando que a mando de um governo vai matar e arriscar a própria vida, dentro ou fora do País.

Concluindo, o MILITAR, deve ter consciência da sociedade em que vive e, não foi por acaso que aquando das comemorações do 31 de Janeiro passado, aludi ao facto de saber o que é que a “tróica” tinha cá vindo fazer na semana anterior? A minha dúvida continua mas, começo agora a perceber a inquietação, a necessidade de justificação de algo que há muito se sabe mas que ninguém ousava pôr o dedo na ferida.

Agora, início de Abril, começo a ouvir falar que os abutres começam a andar espantados porque alguém começou a denunciar as falcatrias dos grandes banqueiros, estadistas, comparsas e outra gente de má raça! Mas no meu espírito nunca houve qualquer dúvida que esta gente escroque e cínica não soubesse o mal que está produzir na humanidade. Ao que parece foi necessário manterem uma guerra que já tem alguns anos, morrerem milhares de pessoas, destruírem vários países para que esses bichos se comecem a revelar.

Quando aludi ao tal facto de termos que levar com esses senhores engravatados e bem-falantes, de fato, esvaía-se-me o pensamento de como era possível vivermos num mundo com tanta informação, com tanta gente influente, com sucessivas gerações a serem enganadas ao entrarem em esquemas de endividamento que nos fazem lembrar o sistema feudal que, parecia já ter morrido há vários séculos.

Enfim, que mundo é este??

Para que estará guardado o MILITAR sabendo que está sob as ordens deste capitalismo cego???

Que consciência têm os grandes chefes militares sabendo que o mundo corre por estes caminhos? Será que desconhecem que se fazem guerras desconhecendo a proveniência do capital que as financia???

Não acredito. E é aqui que alerta para o facto de se calarem quando vêm ser aprovadas leis que desumanizam o mais profundo que pode existir no âmago do espírito militar.

Acordai!

Leitor devidamente identificado ▲

A “Geringonça” e a reposição de vencimentos

ge.rin.gon.ça – s.f.

1. construção pouco sólida e que se escangalha facilmente;
2. aparelho ou máquina considerada complicada;
3. coisa consertada que funciona a custo;
4. figurado sociedade ou empresa de estrutura complexa e pouco credível;
5. figurado qualquer coisa ou ideia engendrada de improviso e que funciona com dificuldade.

Os cortes remuneratórios, colocados em prática pelo anterior governo PSD/CDS, a partir de 2011 e até 2014, aliados ao brutal aumento de impostos que se verificou desde então, provocaram em muitos agregados familiares dos nossos Camaradas um profundo desequilíbrio

do orçamento familiar. Estes cortes obrigaram muitos deles a fazerem reduções significativas em áreas tão elementares como as despesas de saúde, na educação dos filhos ou mesmo na alimentação, como única forma de poderem continuar a honrar os compromissos financeiros que entretanto tinham assumido.

Como forma de mascarar os cortes e o aumento de impostos, o anterior governo instituiu o pagamento do subsídio de Natal em duodécimos, para que o valor mensal líquido dos boletins de vencimento não reflectisse a verdade da situação.

Quatro anos passados e depois de tanto “saque”, muitos são os Camaradas que perderam a noção do seu vencimento real.

Em 2015 o governo PSD/CDS começou

a reposição dos cortes, ao ritmo de 20% ao ano, prevendo-se a sua total reposição apenas em 2019, ou seja, o prolongamento da austeridade remuneratória por mais quatro anos.

Com a entrada em funções do actual governo do PS, suportado na sua acção parlamentar pelo BE, PCP, PEV e PAN, que o PSD e o CDS se apressaram a apelar de “Geringonça”, foi assumido o compromisso de repor todos os cortes remuneratórios, ao longo de 2016, ao ritmo de 25% no início de cada trimestre. Pode parecer pouco mas, quando transformamos estes dados em números temos uma noção correcta do que realmente foi devolvido aos nossos Camaradas e às suas famílias. Usemos como exemplo um casal de Sargentos-ajudantes colocados no nível remuneratório 23 na posi-

ção remuneratória 2 (ver tabela I).

Analizados os dados percebemos que a reposição, remuneratória bruta em 2016, que não significa actualização nem aumento mas tão só a devolução de uma parte do que foi indevidamente confiscado, para o casal do nosso exemplo, se cifra em 950,10€. Um montante considerável para o orçamento familiar deste casal.

Contrariando o significado do substantivo, parece que esta “Geringonça” funcionou na reposição remuneratória dos Militares e dos trabalhadores da função pública, fruto da luta que travaram aqueles que nunca desistem. Nada lhes foi oferecido. O que agora está a ser devolvido foi conquistado.

Mário Ramos ▲

Sargento-ajudante / Nível remuneratório 23 - Posição remuneratória 2												
	Vencimento Bruto	corte em vigor em Dezembro 2015	Vencimento Bruto após cortes	Reposição Janeiro 2016	Reposição no 1º trimestre	Reposição Abril 2016	Reposição no 2º trimestre + Sférias	Reposição Julho 2016	Reposição no 3º trimestre	Reposição Outubro 2016	Reposição no 4º trimestre	Reposição anual bruta
R.Base + SCM	1.967,14	-55,08	1.912,06	13,77	41,31	27,54	110,16	41,31	123,93	55,08	165,24	440,64
Duod S Natal	163,93	-4,59	159,34	1,15	3,45	2,29	6,87	3,44	10,32	4,59	13,77	34,41
Total	2.131,07	-59,67	2.071,40	14,92	44,76	29,83	117,03	44,75	134,25	59,67	179,01	475,05
Total vencimento bruto repostado para o casal				89,52		234,06		268,50		358,02		950,10
				Reposição no 1º trimestre para o casal		Reposição no 2º trimestre + Sférias para o casal		Reposição no 3º trimestre para o casal		Reposição no 4º trimestre para o casal		Reposição anual bruta

Protocolos ANS

Para associados e familiares da ANS

A ANS na tentativa de criar um leque cada vez mais vasto de vantagens para os seus sócios, tem vindo a estabelecer um conjunto de protocolos com diversas empresas, na área da aquisição de serviços e produtos, em condições de desconto mais ou menos significativo. A lista pode ser enriquecida se os próprios sócios propuserem novos protocolos, mesmo que locais, que a ANS apreciará e estabelecerá, caso sejam considerados vantajosos.

Muito embora a ANS não tenha qualquer responsabilidade em caso de incumprimento de um protocolo por parte de uma dada empresa, agradecemos informação dos camaradas se for o caso, para tomarmos uma decisão adequada.

Para obteres mais informações, consulta a nossa página Web em www.ans.pt ou no Facebook em www.facebook.com/ANSargentos

NACIONAIS:

- CRUZ VERMELHA PORTUGUESA
- GLASSDRIVE
- INSTITUTO QUINTINO AIRES
- EMARA TRAVEL
- CLÍNICAS LEVITATE
- INSTITUTO DE MEDICINA TRADICIONAL
- FITOCLINIC
- FITNESS HUT

ZONA NORTE:

ZONA CENTRO:

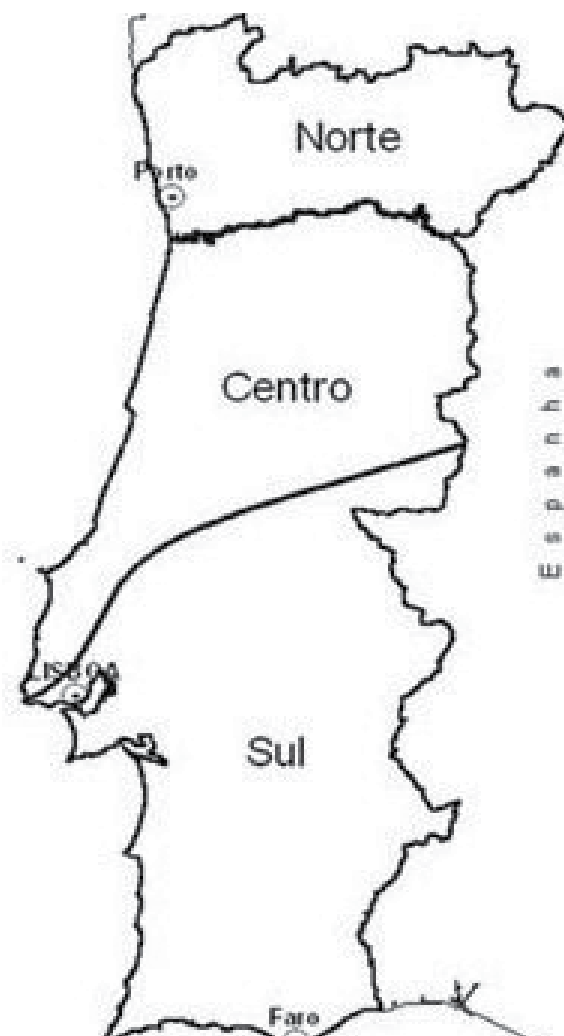
- CENTRO MÉDICO DE COIMBRA
- CLÍNICA DE FISIOTERAPIA CEMEPI

- CLÍNICA DENTÁRIA DENTINHOS E DENTES
- ÓPTICA DA MALVEIRA
- VALLE DOS REIS – RESIDÊNCIAS SÉNIOR ASSISTIDAS

ZONA SUL:

- GABINETE DE PSICOLOGIA MESTRE FRANCISCO PEREIRA
- AGÊNCIA FUNERÁRIA ETERNA TRINDADE
- RESIDÊNCIAS ASSISTIDAS PORTO SALUS
- CLÍNICA DENTÁRIA DENTISAÚDE
- HOME INSTEAD – APOIO DOMICILIÁRIO
- CLÍNICA VIDAMED
- FARMÁCIA EUSIL
- ÓPTICA BERNAR
- CLÍNICA O MEU MÉDICO
- CLÍNICA PELVICLINIC
- CLÍNICA MÉDICA E DENTÁRIA LUBIDENTE
- MÉDICO SOBRE RODAS
- SOS PET CLINICA VETERINÁRIA
- MONTICORPO
- DRAGONFLY
- FAZ UM "LIKE" NA NOSSA PÁGINA DO FACEBOOK EM [WWW.FACEBOOK.COM/ANSargentos](https://www.facebook.com/ANSargentos)
- CONSULTA TAMBÉM WWW.ANS.PT
- A TUA ASSOCIAÇÃO MAIS PERTO DE TI.

- ACTUALIZA OS TEUS DADOS PESSOAIS (MORADA, NIB PARA DESCONTO DAS QUOTAS, EMAIL, TELEMOVEL, POSTO, UNIDADE, ETC.) ENVIANDO UM EMAIL PARA CONTACTO@ANS.PT ▲



O “DIA NACIONAL DO SARGENTO” COMEMORA-SE LUTANDO!

Estamos a terminar o ano de 2016 e é naturalmente importante que se comecem a preparar e organizar as comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em 2017. Conforme vem acontecendo ao longo dos anos, decorrerão a nível nacional, continente e ilhas, e ainda a nível internacional, nos locais em que existam Sargentos portugueses em missão de serviço.

Uma vez mais, dirigentes, delegados, associados e Sargentos em geral, tendo consciência de que o “31 de Janeiro” não é apenas uma data para mero acto comemorativo, mas antes uma oportunidade para reunir, discutir, debater, as questões socioprofissionais que a todos preocupam, irão empenhar-se em dar corpo a estas iniciativas que, em unidade, irão assinalar o “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”.

Tendo como referência os heróis do 31 de Janeiro de 1891, que não aceitaram o “Ultimatum” imposto a Portugal pela coroa britânica, que não aceitaram a degradação das condições de vida dos portugueses, que não aceitaram o tratamento discriminatório que se vivia no meio militar da altura, que não aceitaram a corrupção, a inoperância e submissão dos governantes de então e muito menos aceitaram ver uma Pátria velha de séculos ser colocada de joelhos perante as exigências de potências estrangeiras que se diziam aliadas mas que na verdade conduziam Portugal e os portugueses à miséria, à indignidade e à perda da sua soberania,



é nosso dever olhar o seu exemplo e ser continuadores da sua obra. Devemos pugnar por alcançar os meios para tomar nas nossas mãos a condução do futuro das nossas vidas e das vidas dos nossos filhos. É também nossa responsabilidade e missão defender o futuro das gerações desta Pátria portuguesa!

Em simultâneo com o assinalar do 126º aniversário da “Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891” e no decurso das comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, vai acontecer o acto eleitoral para os órgãos sociais que irão conduzir os destinos da ANS durante o biénio 2017/2018, conforme é referido noutro artigo desta edição. Apelamos à massa associativa da ANS para que, em unidade e determinados, participem activamente nestas comemorações, em todos os locais em que as mesmas ocorram e que, convictamente, não abdicuem de cumprir o seu dever e direito de voto na eleição para os novos órgãos sociais, quer seja através do voto por correspondência, quer seja votando presencialmente na Assembleia Geral Eleitoral, em Lisboa.

Acreditamos que só lutando defenderemos e alcançaremos a dignidade de uma vida profissional de que nos honramos!

Façamos com que as comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, por todo o país, sejam uma vez mais uma jornada de inequívoca determinação na defesa das condições socioprofissionais dos militares Sargentos, das suas famílias e, por consequência, das Forças Armadas e do País! ▲



CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

Ao longo do ano de 2016 publicámos em todos os números do jornal “O Sargento” alguns artigos da Constituição da República, como forma de nos associarmos à comemoração dos 40 anos da sua publicação e como acto de serviço importante ao dar a conhecer o conteúdo da nossa Lei Fundamental! Nesta edição terminamos essa iniciativa referindo dois dos artigos específicos sobre Defesa e Forças Armadas.

Artigo 275.º (Forças Armadas)

1. Às Forças Armadas incumbe a defesa militar da República.
2. As Forças Armadas compõem-se exclusivamente de cidadãos portugueses e a sua organização é única para todo o território nacional.
3. As Forças Armadas obedecem aos órgãos de soberania competentes, nos termos da Constituição e da lei.
4. As Forças Armadas estão ao serviço do povo português, são rigorosamente apertidárias e os seus elementos não podem aproveitar-se da sua arma, do seu posto ou da sua função para qualquer intervenção política.
5. Incumbe às Forças Armadas, nos termos da lei, satisfazer os compromissos internacionais do Estado Português no âmbito militar e participar em missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte.
6. As Forças Armadas podem ser incumbidas, nos termos da lei, de colaborar em missões de protecção civil, em tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações, e em acções de cooperação técnico-militar no âmbito da política nacional de cooperação.
7. As leis que regulam o estado de sítio e o estado de emergência fixam as condições do emprego das Forças Armadas quando se verificarem essas situações.

Artigo 276.º (Defesa da Pátria, serviço militar e serviço cívico)

1. A defesa da Pátria é direito e dever fundamental de todos os portugueses.
2. O serviço militar é regulado por lei, que fixa as formas, a natureza voluntária ou obrigatória, a duração e o conteúdo da respectiva prestação.
3. Os cidadãos sujeitos por lei à prestação do serviço militar e que forem considerados inaptos para o serviço militar armado prestarão serviço militar não armado ou serviço cívico adequado à sua situação.
4. Os objectores de consciência ao serviço militar a que legalmente estejam sujeitos prestarão serviço cívico de duração e penosidade equivalentes à do serviço militar armado.
5. O serviço cívico pode ser estabelecido em substituição ou complemento do serviço militar e tornado obrigatório por lei para os cidadãos não sujeitos a deveres militares.
6. Nenhum cidadão poderá conservar nem obter emprego do Estado ou de outra entidade pública se deixar de cumprir os seus deveres militares ou de serviço cívico quando obrigatório.
7. Nenhum cidadão pode ser prejudicado na sua colocação, nos seus benefícios sociais ou no seu emprego permanente por virtude do cumprimento do serviço militar ou do serviço cívico obrigatório.